



**EDITAL**  
**PROCESSO Nº 25.000.016090.2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026**

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA – SES/PB, por intermédio da Gerência de Insumos, Bens e Serviços para Saúde – GIBSS, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual nº 46.187/2025, da Lei Complementar nº 123/2006, da legislação correlata aplicável e das demais normas pertinentes, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

A presente contratação observa os elementos técnicos constantes do Estudo Técnico Preliminar – ETP, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da fase preparatória da contratação, visando à aquisição de equipamentos médicos, hospitalares, assistenciais e de apoio clínico destinados ao Complexo Hospitalar Regional Deputado Janduhy Carneiro.

Licitação COMPRAS.GOV.BR nº:		90007	
DATA DA SESSÃO:	13/07/2026	Contratante (UASG):	927261
Horário de Abertura da Sessão Pública:		08 horas (Horário de Brasília)	
LOCAL: <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>			
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:		Secretaria de Estado da Saúde - SES/PB	
Telefone:	(83) 3211-9092	Email:	<a href="mailto:sublic@ses.pb.gov.br">sublic@ses.pb.gov.br</a>
Endereço:	Av. Dom Pedro II, 1826, Torre, João Pessoa-PB, 58.040-903.		
Critério de Julgamento:	Menor Preço por Item	Modo de Disputa:	Aberto e Fechado





## 1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS, HOSPITALARES, ASSISTENCIAIS E DE APOIO CLÍNICO, destinados ao Complexo Hospitalar Regional Deputado Janduhy Carneiro, compreendendo fornecimento, transporte, entrega técnica, instalação quando aplicável, treinamento operacional, garantia e assistência técnica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e aquelas constantes do Termo de Referência, prevalecerão as definições, especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência, por constituir o documento técnico balizador da contratação.

1.3 Em caso de divergência entre as especificações, descrições ou quaisquer informações constantes no sistema eletrônico de compras e aquelas previstas neste Edital e em seus anexos, prevalecerão as disposições do Edital e de seus anexos, especialmente as especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

1.4 A contratação compreenderá o fornecimento, transporte, montagem quando aplicável, entrega técnica, testes funcionais, treinamento operacional, garantia e assistência técnica dos equipamentos previstos no Termo de Referência.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados





diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável





técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da





contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.15. Os licitantes deverão observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), responsabilizando-se pelo tratamento adequado de dados eventualmente acessados durante a execução contratual.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não possuirá caráter sigiloso, em observância aos princípios da transparência, competitividade, economicidade e publicidade, visando ampliar a competitividade do certame e assegurar maior previsibilidade na formulação das propostas.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.





4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. O licitante deverá apresentar, quando solicitado, catálogo técnico, ficha técnica, registro ANVISA, certificações aplicáveis, manuais técnicos, declaração de garantia, documentação do fabricante e demais documentos técnicos dos equipamentos ofertados, contendo todas as características necessárias à análise de conformidade com o Termo de Referência.

4.2.2. A ausência da documentação técnica exigida poderá ensejar a desclassificação da proposta.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.





4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;





4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3. ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.







4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor Total do Item expresso em Reais (R\$).





5.1.2. Descrição detalhada do objeto ofertado, contendo marca, fabricante, modelo, número de registro ANVISA quando aplicável, especificações técnicas, garantia, assistência técnica, origem do produto e demais informações pertinentes.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, transporte, seguro, entrega técnica, treinamento operacional, garantia, assistência técnica e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação da proposta implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, obrigando-se o licitante ao fornecimento dos equipamentos ofertados em conformidade com as especificações técnicas, condições de garantia, assistência técnica, entrega técnica e demais exigências previstas no Termo de Referência.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da





empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados acerca do seu recebimento, do horário de registro e do valor consignado.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **0,5% (meio por cento)**, incidindo tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

6.8.1. Considerando que o objeto contempla equipamentos médicos e hospitalares com significativa variação de preços estimados entre os itens, optou-se pela adoção de intervalo mínimo percentual entre os lances, fixado em 0,5% (meio por cento), de modo a assegurar proporcionalidade entre os valores disputados, evitar lances irrisórios, conferir maior eficiência operacional à sessão pública e preservar a competitividade do certame, especialmente em razão da disputa ocorrer por item.





6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos da regulamentação aplicável.

6.10 Durante a fase de julgamento, ou quando admitido pela regulamentação aplicável, o Pregoeiro poderá desclassificar proposta ou excluir lance, mediante decisão fundamentada, quando:

- a) contenha vício insanável;
- b) não obedeça às especificações técnicas previstas no Edital;
- c) apresente preço manifestamente inexequível;
- d) permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;
- e) não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- f) apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

6.11 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.12. O procedimento adotará o modo de disputa aberto e fechado, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos durante a etapa aberta e, posteriormente, lance final e fechado, na forma prevista neste Edital, na Lei Federal nº 14.133/2021 e na regulamentação estadual aplicável.

6.13. A etapa aberta terá duração inicial de 15 (quinze) minutos, durante a qual os licitantes poderão apresentar lances públicos e sucessivos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.14. Encerrada a etapa aberta, o sistema convocará para a etapa fechada o autor da oferta de menor valor e os licitantes que tenham apresentado lances com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela oferta. Não havendo pelo menos três propostas nessas condições, serão convocados os autores dos melhores lances subsequentes, até o máximo de três participantes. Os licitantes convocados poderão apresentar um único lance final e fechado, no prazo de 5 (cinco)





minutos, que será sigiloso até o encerramento desse período, sendo vedada a apresentação de novos lances após o seu término.

6.15 Encerrada a etapa de apresentação de lances, o sistema encerrará automaticamente a fase competitiva e dará prosseguimento às etapas subsequentes do certame.

6.16 Excepcionalmente, diante de fato superveniente devidamente justificado e visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa competitiva, observado o disposto na legislação e na regulamentação aplicáveis.

6.17 Em caso de falha no sistema eletrônico, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser formalmente registrada nos autos do processo.

6.18 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

6.20 Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para fins de aplicação do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

6.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo fixado pelo sistema eletrônico, sob pena de preclusão.





6.23 Persistindo empate, serão observados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, por meio do sistema eletrônico.

6.25 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, observado o sigilo quanto à identificação do participante até o encerramento da fase competitiva.

6.26 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

6.27 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações técnicas do objeto, o Pregoeiro poderá solicitar manifestação da área técnica requisitante, da Engenharia Clínica, da área assistencial competente ou de equipe técnica especializada da SES/PB.

6.28 A Administração poderá solicitar demonstração técnica, apresentação de catálogo complementar, teste funcional, validação operacional ou documentação adicional dos equipamentos ofertados, visando verificar a conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos sistemas e cadastros pertinentes, especialmente no SICAF, CEIS, CNEP, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ e demais registros aplicáveis.

7.2 Verificadas as condições de participação e inexistindo impedimentos legais, será iniciada a fase de julgamento da proposta.





7.3 O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.4 Será desclassificada a proposta que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;
- f) apresentar equipamento sem regularização sanitária, registro, cadastro ou documentação técnica exigida pela ANVISA e demais órgãos competentes, quando aplicável.

7.5 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, podendo o Pregoeiro realizar diligências para aferição da exequibilidade da proposta.

7.6 A inexequibilidade somente será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, no prazo estabelecido no chat da sessão, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se:

- a) catálogo técnico;
- b) ficha técnica;
- c) manuais;
- d) registro ou cadastro ANVISA, quando aplicável;
- e) certificações técnicas;
- f) declaração de garantia;





- g) declaração de assistência técnica autorizada;
- h) documentação complementar necessária à verificação da conformidade da proposta.

7.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações técnicas do objeto, o Pregoeiro poderá solicitar manifestação da área técnica requisitante, da Engenharia Clínica, da área assistencial competente ou de equipe técnica especializada da SES/PB.

7.10 A Administração poderá solicitar demonstração técnica, apresentação de catálogo complementar, teste funcional, validação operacional ou documentação adicional dos equipamentos ofertados, visando verificar a conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

7.11 Caso haja necessidade, o licitante deverá encaminhar amostra, protótipo, demonstração técnica ou equipamento para validação operacional, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.12 No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

7.13 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para realização de diligências, análises técnicas ou avaliação de documentos complementares, a sessão será reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

7.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da presente licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.







8.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e técnico-operacional poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, nos limites previstos na legislação aplicável.

8.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, os documentos exigidos para habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por meio digital legalmente admitido.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7 Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,





imediatamente, à correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

8.11 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

8.13 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro.

8.14 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido pelo Pregoeiro.

8.15 A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá em:

- a) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
- c) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil;
- e) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





f) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da matriz, acompanhada da inscrição da filial, sucursal ou agência respectiva;

g) os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.16 A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA consistirá em:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
- c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- f) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

8.17 A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:

- a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei;
- c) comprovação de boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);
- d) as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação econômico-financeira e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.18 A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:





- a) apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para fornecimento de equipamentos médicos, hospitalares, assistenciais ou de apoio clínico compatíveis com o objeto da presente contratação;
- b) comprovação de regularidade da empresa perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, mediante apresentação de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, quando aplicável;
- c) apresentação de registro ou cadastro dos equipamentos ofertados junto à ANVISA, quando aplicável;
- d) apresentação de Certificado de Boas Práticas de Fabricação – CBPF, emitido pela ANVISA, quando exigível nos termos da regulamentação sanitária aplicável ao equipamento ofertado;
- e) comprovação de garantia dos equipamentos ofertados, conforme prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- f) comprovação de disponibilidade de assistência técnica apta à prestação dos serviços de manutenção corretiva e suporte técnico durante o período de garantia, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência;
- g) catálogo técnico, ficha técnica, manual ou documentação oficial do fabricante contendo especificações suficientes para comprovação da compatibilidade integral dos equipamentos ofertados com as exigências constantes do Termo de Referência;
- h) quando aplicável, certificações técnicas, registros sanitários, selos de conformidade, normas técnicas ou documentos equivalentes exigidos pela legislação específica pertinente aos equipamentos ofertados;

8.19 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por certificado de registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no Edital e compatível com o objeto da contratação.





8.20 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.21 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos.

8.22 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda ao presente Edital.

8.23 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital, após concluídos os procedimentos de julgamento e habilitação.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1 Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA PARAÍBA – SES/PB e a licitante vencedora, observadas as disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

9.2 O adjudicatário será convocado para assinar o Termo de Contrato ou retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, contado da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

9.3 O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.





9.4 Na hipótese de o adjudicatário não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, abrangendo o período necessário ao fornecimento dos equipamentos, garantia contratual, assistência técnica e demais obrigações previstas no Termo de Referência.

9.6 O prazo de garantia dos equipamentos será aquele previsto no Termo de Referência, contado a partir do recebimento definitivo do objeto.

9.7 A contratada deverá assegurar assistência técnica, suporte operacional, manutenção corretiva e demais obrigações correlatas durante o período de garantia, observadas as condições, prazos de atendimento e níveis mínimos de desempenho previstos no Termo de Referência.

9.8 A contratação observará integralmente as especificações técnicas, exigências sanitárias, condições de entrega, testes funcionais, treinamento operacional, garantia, assistência técnica e demais obrigações previstas neste Edital e no Termo de Referência.

9.9 Os equipamentos fornecidos poderão ser submetidos à avaliação técnica da Engenharia Clínica da SES/PB para verificação de conformidade técnica, funcional, operacional e de segurança, conforme critérios estabelecidos no Termo de Referência.

9.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

9.11 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo contratado durante toda a execução contratual.





9.12 O contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as formalidades legais.

9.13 O contratado deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.14 Integram o contrato, independentemente de transcrição:

- a) o Edital e seus anexos;
- b) o Termo de Referência;
- c) a proposta da contratada;
- d) os documentos técnicos apresentados pela contratada;
- e) eventuais anexos técnicos e sanitários aplicáveis ao objeto.

9.15 Aplicam-se ao contrato as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 46.187/2025 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

## 10. DOS RECURSOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

10.3 O prazo recursal será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, nos termos do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, por meio do sistema eletrônico, no prazo previsto no item anterior.





10.5 Os demais licitantes ficarão intimados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.8 Os recursos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do sistema eletrônico utilizado para realização do certame.

10.9 O Pregoeiro poderá requisitar subsídios técnicos à área demandante, à Engenharia Clínica, à área assistencial competente ou a outros setores especializados da SES/PB, quando a matéria recursal envolver aspectos técnicos relacionados aos equipamentos ofertados.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, observadas as disposições legais aplicáveis quanto à publicidade e proteção de informações eventualmente sigilosas.

10.11 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal, sem motivação adequada, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificados no processo licitatório.

10.12 O julgamento dos recursos observará os princípios do contraditório, da ampla defesa, da legalidade, da razoabilidade, da motivação, da transparência e do interesse público.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;







- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução, da entrega ou do fornecimento do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

11.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital e na legislação vigente as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.





11.3 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 11.1, alínea “a”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.4 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades previstas neste Edital, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

11.5 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 11.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.6 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 11.1, bem como nas hipóteses que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.7 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8 A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.9 Poderão ser aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação aplicável e neste Edital, multas nas seguintes hipóteses:





a) moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do item inadimplido, até o limite de 15% (quinze por cento);

b) compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do item ou obrigação inadimplida, nos casos de inexecução total ou parcial, descumprimento contratual, recusa injustificada em assinar o contrato, não substituição de equipamento defeituoso ou descumprimento das obrigações de garantia e assistência técnica.

11.10 Considerar-se-á também infração contratual, sujeita à aplicação das sanções cabíveis:

- a) o fornecimento de equipamento em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência;
- b) a entrega de equipamento sem regularização sanitária, registro ou cadastro junto à ANVISA, quando aplicável;
- c) o descumprimento dos prazos de garantia, assistência técnica, suporte operacional ou manutenção corretiva previstos no Termo de Referência;
- d) a não realização de treinamento operacional, quando exigido;
- e) a recusa injustificada na substituição de equipamento com defeito, vício, avaria ou incompatibilidade técnica;
- f) a apresentação de documentação técnica, catálogo, certificação ou registro sanitário em desconformidade com o equipamento efetivamente fornecido.

11.11 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

11.12 A aplicação das sanções previstas neste Edital observará o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

11.13 As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF e nos demais sistemas oficiais pertinentes, nos termos da legislação vigente.

11.14 Antes da aplicação da sanção de multa ou demais penalidades, poderá ser concedido prazo para saneamento da irregularidade, quando a natureza da infração assim permitir e desde que não haja prejuízo à Administração ou à continuidade dos serviços públicos de saúde.





11.15 As penalidades aplicadas deverão observar a proporcionalidade entre a gravidade da conduta, a extensão do dano eventualmente causado, a vantagem auferida e o interesse público envolvido.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

12.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do sistema eletrônico utilizado para realização do certame.

12.3 O Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio e pelos setores técnicos competentes da SES/PB, responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando a Administração entender necessária a suspensão em razão da complexidade da matéria ou da necessidade de alteração do Edital.

12.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo licitatório.

12.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando a alteração promovida impactar na formulação das propostas.

12.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações passarão a integrar os autos do processo licitatório e vincularão os participantes e a Administração.

12.8 O Pregoeiro poderá requisitar manifestação da área técnica requisitante, da Engenharia Clínica, da área assistencial competente ou de outros setores especializados da SES/PB, quando a impugnação ou pedido de esclarecimento envolver aspectos técnicos relacionados aos equipamentos ofertados, especificações sanitárias, assistência técnica, garantia, conformidade regulatória ou demais requisitos técnicos do objeto.





12.9 Não serão conhecidas impugnações ou pedidos de esclarecimentos apresentados fora do prazo legal, por meio diverso do previsto neste Edital ou sem identificação do interessado.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021

### **14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR ESTIMADO**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA PARAÍBA – SES/PB, observadas as dotações orçamentárias constantes nos documentos de Reserva Orçamentária juntados aos autos do processo.

14.2 A contratação será custeada com recursos vinculados à seguinte classificação orçamentária:

- a) Unidade Gestora: 250001 – Secretaria de Estado da Saúde;
- b) Função: 10 – Saúde;
- c) Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial;
- d) Programa: 5007 – Saúde Integral;
- e) Ação: 6051 – Implementação da Gerência de Bens, Insumos e Serviços para Saúde;
- f) Natureza da Despesa: 44905200 – Equipamentos e Material Permanente;
- g) Fonte de Recursos: Recursos de Exercícios Anteriores / Transferências Fundo a Fundo de Estruturação da Rede de Serviços.





14.3 O valor estimado total da contratação é de **R\$621.360,45 (seiscentos e vinte e um mil, trezentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos)**, conforme pesquisa de preços constante nos autos do processo administrativo.

14.4 O valor estimado da contratação foi apurado mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, normas correlatas e regulamentos aplicáveis, considerando parâmetros obtidos junto ao Painel de Preços, Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, contratações similares realizadas pela Administração Pública e demais fontes admitidas legalmente.

14.5 O orçamento estimado da contratação possui caráter público, visando assegurar maior transparência, competitividade, previsibilidade na formulação das propostas e observância aos princípios da publicidade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

14.6 Os valores estimados constantes do mapa de pesquisa de preços e demais documentos que compõem a fase preparatória da contratação correspondem aos limites máximos aceitáveis pela Administração para fins de contratação.

14.7 Os licitantes deverão observar integralmente os valores máximos estimados para cada item, sob pena de desclassificação da proposta, nos termos deste Edital e da legislação aplicável.

14.8 A Administração poderá realizar diligências destinadas à verificação da exequibilidade e compatibilidade econômica das propostas apresentadas, especialmente nas hipóteses de valores excessivamente inferiores aos estimados ou incompatíveis com os preços praticados no mercado.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

15.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e seus anexos;





- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos equipamentos recebidos com as especificações constantes do Edital, Termo de Referência, proposta vencedora e documentação técnica apresentada;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de servidores formalmente designados, podendo contar com apoio técnico da Engenharia Clínica, áreas assistenciais e demais setores competentes da SES/PB;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos fornecidos em desacordo com as especificações técnicas, exigências sanitárias, requisitos de segurança, qualidade ou demais condições estabelecidas na contratação;
- e) comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto;
- f) proporcionar todas as condições necessárias ao cumprimento das obrigações da contratada, dentro dos limites de sua competência administrativa;
- g) efetuar o pagamento devido à contratada no prazo e forma estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência;
- h) aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual;
- i) emitir os termos de recebimento provisório e definitivo, após verificação da conformidade técnica e operacional dos equipamentos;
- j) permitir o acesso dos profissionais da contratada às dependências da unidade hospitalar, quando necessário à entrega, instalação, treinamento, manutenção, assistência técnica ou suporte operacional;
- k) prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução contratual;
- l) promover o armazenamento adequado dos equipamentos após o recebimento definitivo, observadas as orientações técnicas do fabricante e normas aplicáveis.

#### 15.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:





- a) fornecer os equipamentos em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, requisitos sanitários e condições estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e proposta apresentada;
- b) responsabilizar-se integralmente pela entrega, transporte, acondicionamento, montagem quando aplicável, testes funcionais, entrega técnica e demais procedimentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos;
- c) entregar equipamentos novos, sem uso, em linha de fabricação, livres de defeitos, avarias ou vícios de qualquer natureza;
- d) garantir que os equipamentos possuam regularização junto à ANVISA, quando aplicável, bem como demais registros, certificações e autorizações exigidas pela legislação vigente;
- e) fornecer catálogos, manuais, fichas técnicas, certificados, registros sanitários e demais documentos técnicos pertinentes aos equipamentos ofertados;
- f) realizar treinamento operacional dos profissionais indicados pela CONTRATANTE, quando previsto no Termo de Referência;
- g) assegurar garantia integral dos equipamentos durante o prazo estabelecido no Termo de Referência;
- h) prestar assistência técnica, suporte operacional e manutenção corretiva durante o período de garantia, observados os prazos máximos de atendimento e reparo previstos no Termo de Referência;
- i) substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, qualquer equipamento entregue em desacordo com as especificações técnicas, que apresente defeito, vício, avaria, incompatibilidade técnica ou funcionamento inadequado;
- j) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução contratual;







- k) manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- l) comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do contrato;
- m) observar integralmente as normas sanitárias, técnicas, de segurança, rastreabilidade, qualidade e regulamentações expedidas pelos órgãos competentes;
- n) responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte, seguros e demais custos decorrentes da execução contratual;
- o) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, salvo nas hipóteses admitidas no Termo de Referência e mediante prévia autorização da Administração;
- p) disponibilizar canais de atendimento e suporte técnico compatíveis com a complexidade dos equipamentos fornecidos;
- q) observar os critérios de sustentabilidade, logística reversa e destinação ambientalmente adequada previstos no Termo de Referência e na legislação aplicável;
- r) atender prontamente às notificações, diligências, solicitações técnicas e determinações emitidas pela CONTRATANTE no âmbito da fiscalização contratual;
- s) responsabilizar-se pela autenticidade, veracidade e conformidade das informações, documentos técnicos, registros sanitários e certificações apresentados durante a licitação e execução contratual.

## 16. DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

16.2 O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e o consequente aceite da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da





conformidade técnica, quantitativa, funcional e sanitária dos equipamentos fornecidos, bem como do regular cumprimento das obrigações assumidas.

16.3 Recebida a Nota Fiscal/Fatura ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo legal para fins de liquidação da despesa, na forma da legislação estadual vigente.

16.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, dos documentos pertinentes à contratação ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, sem ônus para a CONTRATANTE.

16.5 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF, SIREF e CAFIL/PB.

16.6 Antes do pagamento, a Administração realizará consulta para verificação da manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

16.7 O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente indicada pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente, observadas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250/2022.

16.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

16.9 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.10 Deverá ser observada a retenção do Imposto de Renda nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

16.11 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, quando houver, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





16.12 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, devendo comprovar, mediante documento oficial, que faz jus ao tratamento tributário favorecido.

16.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

16.14 O pagamento não exime a contratada das responsabilidades decorrentes da execução contratual, nem implica aceitação definitiva dos equipamentos fornecidos, os quais permanecerão sujeitos à fiscalização, garantia e verificação de conformidade pela Administração.

## **17. MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

17.1.1. O prazo de entrega dos bens será de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Administração.

17.1.2. A Ordem de Fornecimento somente poderá ser expedida após a publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito e força maior.

17.1.4. Os bens deverão ser entregues no Galpão São Braz, localizado na Rua Hugo Domingues, s/n, Quadra 0, Lote 0, Parque Esperança, Cabedelo/PB, CEP 58.108-560.

17.1.5. A entrega deverá ocorrer no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.





17.1.6. Por ocasião da entrega do objeto, os produtos deverão estar acondicionados em embalagem original do fabricante, com lacre original de fábrica, contendo identificação do responsável técnico, lote, data de fabricação e número de registro do produto perante a ANVISA, quando aplicável.

17.1.7. O fornecimento compreenderá a entrega dos equipamentos devidamente acondicionados, identificados e acompanhados da documentação técnica pertinente, manuais, certificados, registros sanitários, garantia e demais documentos exigidos pela legislação aplicável.

17.1.8. O transporte, carga, descarga, montagem, instalação, testes funcionais, entrega técnica e demais procedimentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

17.1.9. Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, sem uso, em linha de fabricação, livres de defeitos, avarias, vícios ou qualquer desconformidade técnica ou operacional.

17.1.10. Quando aplicável, os equipamentos deverão possuir registro, cadastro, certificação, regularização sanitária ou autorização perante a ANVISA e demais órgãos competentes.

17.1.11. A CONTRATADA deverá observar integralmente as normas técnicas, sanitárias, de segurança, rastreabilidade, qualidade e regulamentações expedidas pelos órgãos competentes.

## 17.2. DA FISCALIZAÇÃO

17.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 43.975/2023.

17.2.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução contratual para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do Decreto Estadual nº 43.975/2023.

17.2.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.





17.2.4. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para correção da execução contratual, determinando prazo para saneamento.

17.2.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.

17.2.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual nas datas apazadas, o fiscal comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

17.2.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará empenho, pagamento, garantias, glosas e formalização de apostilamentos e termos aditivos, podendo solicitar documentos comprobatórios pertinentes.

17.2.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para adoção das providências cabíveis quando ultrapassar sua competência.

17.2.9. A fiscalização contratual poderá contar com apoio técnico da Engenharia Clínica, áreas assistenciais, setores técnicos especializados e demais unidades competentes da SES/PB.

17.2.10. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do objeto.

17.2.11. A CONTRATADA deverá atender prontamente às solicitações, diligências, notificações e determinações emitidas pela fiscalização contratual.

17.2.12. A Administração poderá realizar diligências, inspeções, testes operacionais e verificações técnicas durante toda a execução contratual e período de garantia dos equipamentos.

### 17.3. DO GESTOR DO CONTRATO

17.3.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contratual, contendo todos os registros formais da execução no histórico de





gerenciamento do contrato, inclusive ordens de fornecimento, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais.

17.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, das ocorrências relacionadas à execução contratual e das medidas adotadas, informando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua competência.

17.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho de despesa e pagamento.

17.3.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao desempenho na execução contratual e eventuais penalidades aplicadas.

17.3.5. O gestor do contrato tomará providências para formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quando cabível.

17.3.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos da contratação e eventuais medidas de aprimoramento das atividades administrativas.

17.3.7. O gestor do contrato deverá encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

#### 17.4. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta.

17.4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.





17.4.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após verificação da qualidade, quantidade, conformidade técnica, funcional e operacional dos equipamentos fornecidos, mediante emissão de termo detalhado.

17.4.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma devidamente justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências, testes, avaliações técnicas, inspeções ou validações complementares.

17.4.5. Os equipamentos poderão ser submetidos à análise técnica da Engenharia Clínica da SES/PB, para verificação de compatibilidade técnica, funcionalidade, segurança operacional, conformidade sanitária e atendimento às especificações constantes da contratação.

17.4.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

17.4.7. O prazo para solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou saneamento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

17.4.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez, segurança, qualidade e perfeito funcionamento dos equipamentos, nem a responsabilidade técnico-profissional da CONTRATADA pela perfeita execução contratual.

#### 17.5. DA LIQUIDAÇÃO

17.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE.





17.5.2. O prazo previsto no item anterior será reduzido à metade nas contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

17.5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) data de emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução contratual;
- e) valor a pagar;
- f) destaque dos valores de retenções tributárias cabíveis;
- g) destaque de retenção do imposto de renda, quando aplicável, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

17.5.4. Se o fornecedor contratado for empresa sediada no Estado da Paraíba e não optante pelo Simples Nacional, os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do art. 6º do Decreto Estadual nº 37.237/2017, com demonstração expressa do valor correspondente à isenção do ICMS deduzido do preço ofertado constante da proposta vencedora.

17.5.4.1. O valor da Nota Fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

17.5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para a CONTRATANTE.

17.5.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou SIREF/PB, ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.







17.5.7. A Administração realizará consulta ao SICAF ou SIREF/PB e ao CAFILPB para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;
- b) identificar eventual impedimento de licitar ou contratar com o Poder Público.

17.5.8. Constatada irregularidade junto ao SICAF, SIREF/PB ou CAFILPB, a contratada será notificada para regularização no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante decisão fundamentada da Administração.

17.5.9. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.5.10. Havendo efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até eventual decisão administrativa de rescisão contratual.

#### 17.6. DO REAJUSTE

17.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

17.6.2. Após o interregno de 01 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Administração pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.





17.6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então vigente.

17.6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, mediante termo aditivo.

17.6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 17.7. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, conforme estabelecido no Termo de Referência.

17.7.2. Trata-se de fornecimento de equipamentos médico-hospitalares que demandam conformidade técnica rigorosa, compatibilidade funcional, observância às normas sanitárias e atendimento aos requisitos de segurança aplicáveis, especialmente considerando que os equipamentos serão utilizados diretamente na assistência à saúde. Nesse contexto, a execução indireta por meio de terceiros não integrantes da relação contratual poderia:

- a) comprometer a rastreabilidade e a padronização dos equipamentos fornecidos;
- b) dificultar a responsabilização técnica e contratual em caso de fornecimento inadequado;
- c) aumentar o risco de entrega de equipamentos em desacordo com as especificações técnicas exigidas;
- d) impactar negativamente a segurança operacional, a continuidade assistencial e o adequado funcionamento dos serviços de saúde.

17.7.3. Adicionalmente, por se tratar de fornecimento de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, não há complexidade que justifique a fragmentação da execução contratual, sendo plenamente possível que o próprio contratado execute integralmente o objeto.





17.7.4. Dessa forma, a vedação à subcontratação encontra respaldo nos princípios da eficiência, da segurança da contratação pública e da continuidade dos serviços públicos de saúde, bem como na necessidade de assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas pelo contratado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### 17.8. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

17.8.1. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, com pagamento condicionado ao recebimento definitivo, não havendo complexidade ou risco que justifique a exigência de garantia para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais.

#### 18. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO LICITANTE

18.1 O licitante deve cumprir todas as exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, assumindo integral responsabilidade pela veracidade das informações prestadas e pela conformidade de sua proposta.

18.2 Efetuar o credenciamento junto ao provedor do sistema eletrônico, por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), responsabilizando-se formalmente pelos atos praticados diretamente ou por seu representante legal no sistema eletrônico, inclusive quanto ao uso da senha de acesso.

18.3 O licitante deverá apresentar proposta compatível com as especificações técnicas, quantitativos, exigências sanitárias, condições operacionais e demais requisitos previstos na contratação.

18.4 O licitante é responsável pelos custos decorrentes da elaboração e apresentação de sua proposta, não cabendo qualquer indenização por parte da Administração em razão da participação no certame.





18.5 O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

18.6 O licitante deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a tramitação do certame e, quando contratado, durante toda a execução contratual.

18.7 O licitante responderá administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.8 O licitante deverá observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 43.975/2023, demais normativos estaduais aplicáveis e orientações expedidas pela SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA PARAÍBA – SES/PB.

18.9 É de responsabilidade do licitante:

- a) apresentar documentação de habilitação completa, válida e atualizada;
- b) apresentar proposta comercial compatível com o objeto licitado;
- c) cumprir os prazos estabelecidos no Edital;
- d) responder às diligências promovidas pela Administração;
- e) assegurar a autenticidade dos documentos apresentados;
- f) manter sigilo sobre informações eventualmente classificadas ou restritas a que tiver acesso em razão da participação no certame.

18.10 O licitante deverá observar as exigências relativas à regularização sanitária, registros, certificações e autorizações perante os órgãos competentes, especialmente perante a ANVISA, quando aplicável ao objeto.

18.11 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

18.12 O descumprimento das obrigações previstas neste Edital poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.





## 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo constantes deste Edital, do aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por tais custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observando-se apenas os dias úteis.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as disposições do Termo de Referência.

19.10 O Edital e seus anexos poderão ser obtidos:

a) no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;





- b) no Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br;
- c) junto à SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA PARAÍBA – SES/PB, nos termos informados no aviso de licitação.

19.11 O foro competente para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de João Pessoa/PB, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.12 Aplicam-se ao presente certame as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 43.975/2023, da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE e demais normas aplicáveis às contratações públicas no âmbito do Estado da Paraíba.

19.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com apoio dos setores técnicos competentes e da autoridade superior, observadas as disposições da legislação vigente.

19.14 A Administração poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19.15 A participação nesta licitação implica plena ciência e aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **20. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:**

- 20.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos;
- 20.2 ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;
- 20.3 ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO;
- 20.4 ANEXO IV - Modelo da proposta de preços.

João Pessoa/PB, 17 de junho de 2026.

---

**Luiz Humberto Ruffo Camurça**  
Subgerente de Planejamento das Aquisições e Contratações  
Matrícula nº 178.921-0





### ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ N ° \_ \_ \_ \_ \_ , sediada no seguinte endereço: \_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_\_, CEP, Bairro, Cidade, por intermédio de seu representante legal, (Nome/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no Inciso III do Art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS, cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

João Pessoa, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa]





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

COMPRAS – Pregão Eletrônico

PROCESSO Nº XXXX

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES)

### 1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição completa de **Equipamentos Médicos**, nos termos da tabela constante no Anexo I deste Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 44.383, de 14 de novembro de 2023.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência (TR).

2.2 A aquisição completa de **Equipamentos Médicos** encontra-se integralmente alinhada ao Plano de Contratação Anual (PCA) de 2025 da Secretaria de Estado da Administração (SEAD) com **código de cadastro CENL-DCYG53**.

### 3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência (TR).

### 4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

#### Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (oitava edição) da Advocacia-Geral da União (AGU) (BRASIL, 2025)** e suas orientações:

4.1.1 **Lei nº 9.782/1999, Lei nº 6.360/1976 e Decreto nº 8.077/2013:** Estabelecem o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e determinam que equipamentos médicos de diagnóstico, monitoração, suporte e auxílio à locomoção são produtos submetidos ao controle da ANVISA, sendo obrigatório o registro ou notificação em plena validade para sua comercialização.

4.1.2 **Resolução RDC nº 16/2014 e RDC nº 860/2024/ANVISA:** Dispõem sobre os critérios para a Autorização de Funcionamento (AFE) de empresas que exercem atividades de armazenamento, distribuição e fabricação de produtos para saúde.

4.1.3 **Resolução RDC nº 497/2021 e RDC nº 850/2024/ANVISA:** Estabelecem os procedimentos para a Certificação de Boas Práticas de Fabricação (CBPF), garantindo o cumprimento dos requisitos técnicos de qualidade na produção.

4.1.4 **Resolução RDC nº 549/2021 e Instrução Normativa nº 283/2024/ANVISA:** Regulamentam a certificação compulsória de equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária, exigindo o atendimento às normas de segurança básica e desempenho essencial (série NBR IEC 60601) para os itens eletromédicos.

4.1.5 **Lei nº 13.146/2015 e NBR 9050/ABNT:** Estabelecem o Estatuto da Pessoa com Deficiência e as normas de acessibilidade, exigindo que cadeiras de rodas e mobiliários observem o desenho universal.

4.1.6 **Resolução RDC nº 63/2011/ANVISA:** Estabelece os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para Serviços de Saúde, determinando que o mobiliário hospitalar deve possuir superfícies resistentes à lavagem e ao uso de desinfetantes.

4.1.7 **Lei nº 6.938/1981 e IN IBAMA nº 13/2021:** Determinam que o fabricante do mobiliário metálico ou plástico deve possuir registro ativo no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP), comprovando a regularidade ambiental.

#### Subcontratação:

4.2 É admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: **fornecer os equipamentos;**



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

4.2.2 A subcontratação fica limitada a **entrega, treinamento e cobertura de garantia do equipamento que deverá ser realizada por um técnico credenciado para que não ocorra o cancelamento da garantia do produto.**

4.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

**Garantia da contratação:**

4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que as características do objeto e do fornecimento já que a formalização dos contratos e posterior execução serão de acordo com a necessidade do órgão e o pagamento dos valores contratados serão efetivados somente após o recebimento do objeto.

**Exigências quanto ao produto ofertado:**

4.5 **Registro do Produto** para os equipamentos de códigos: **137309, 122315, 137310, 116523, 137308, 105468, 125281, 105480, 129973 e 117175**. Registro emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, conforme a Lei nº 6.360/1976 e o Decreto nº 8.077/2013, para produtos para saúde sujeitos ao registro obrigatório, em plena validade, o qual poderá ser apresentado na forma de “Consulta de Produtos para Saúde”, retirada no site da ANVISA, ou cópia da publicação no “Diário Oficial da União”, destacado (grifado) a fim de facilitar o julgamento das propostas.

4.5.1 O Registro do Produto na ANVISA apresentados por distribuidoras devem se referir a cada marca dos produtos cotados;

4.5.2 Caso o Registro do Produto esteja com prazo de validade vencido, deverá ser apresentado o Registro do Produto vencido ou cópia da publicação no “DOU”, acompanhado do pedido de revalidação (protocolo/petição), requerido com antecedência máxima de doze meses e mínima de seis meses da data do vencimento do Registro, na forma do art. 8º, §§ 2º e 3º do Decreto Federal nº 8.077/2013. Apresentar também cópia da “Consulta a Situação de Documentos” retirada no site da ANVISA impresso na semana da abertura da sessão do pregão, a fim de comprovar que o pedido de renovação ainda está sendo analisado pela ANVISA;

4.5.3 A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado;

4.5.4 Não serão aceitos equipamentos com fabricação descontinuada.





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**4.6 Manual do Equipamento Registrado na ANVISA e/ou Relatório Técnico Entregue na ANVISA** contendo as especificações requisitadas neste Termo de Referência, com versão em português, que facilite a análise pelo setor técnico competente, além de indicação de site para consulta, caso exista.

4.6.1 No manual/relatório técnico deve constar também a marca, o fabricante, a procedência e a garantia do equipamento que está sendo ofertado.

4.6.2 A empresa não deve apenas replicar o descritivo constante no Termo Referência, sem comprovar tecnicamente o produto ofertado.

4.7 Na proposta, deverá constar a tabela do Anexo II para os equipamentos de códigos: **137309, 122315, 137310, 116523, 137308, 105468, 125281, 105480, 129973 e 117175**. Os equipamentos devem atender aos descritivos mínimos tanto no Anexo I quanto no Anexo II e demais exigências deste Termo de Referência.

## 5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega:

5.1 O prazo de entrega dos bens será de **20 (vinte) dias** corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Administração. A Ordem de Fornecimento somente poderá ser expedida após a publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do artigo 94 da **Lei nº 14.133/2021**.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **15 (quinze) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no **Galpão São Braz, Endereço: Rua Hugo Domingues, SN, Quadra 0 - Lote 0, Parque Esperança - Cabedelo/Paraíba - CEP: 58.108-56**.

5.4 A entrega deverá acontecer no horário das **08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min, de segunda à sexta-feira (dias úteis)**.

5.5 Por ocasião da entrega do objeto, o(s) produto(s) deverá estar acondicionado em embalagem original do fabricante com lacre original de fábrica, nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e número de registro do produto da ANVISA para os itens de códigos 137309, 122315, 137310, 116523, 137308, 105468, 125281, 105480, 129973 e 117175.

5.6 As caixas contendo os equipamentos deverão ser abertas por representante da contratada, juntamente com representante da contratante.



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

5.7 A entrega do objeto deverá ser acompanhada do respectivo documento fiscal, no qual constarão as indicações referentes a: descrição detalhada do objeto, marca, fabricante, modelo, lote, procedência, certificado de calibração e prazo de garantia ou validade, no que couber.

**Treinamentos**

5.8 A contratada também será responsável pelo treinamento de operação do equipamento, sem ônus adicional, para qualquer das unidades do estado da Paraíba.

5.9 O treinamento deverá abordar todos os aspectos para pleno funcionamento do item na rotina hospitalar, além de incluir rotinas de calibração e autoteste durante o período de garantia, nos casos que couber.

**Garantia, manutenção e assistência técnica:**

5.10 O prazo de garantia é aquele estabelecido na **Lei nº 8.078**, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.11 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.12 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.13 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.14 As peças ou bens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.15 Uma vez acionada, a contratada ou a assistência técnica autorizada pela Contratada, deverá realizar o primeiro atendimento (podendo ser remoto ou *in loco*) no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado a partir da data de acionamento à contratada.

5.16 A contratada deverá realizar o reparo, possibilitando a disponibilidade do equipamento em perfeitas condições de uso no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do acionamento à contratada.

5.17 Caso seja necessária a retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada, obrigatoriamente deverá ser documentado, assim como, realizar a substituição provisória do equipamento que apresentar defeito dentro do mesmo prazo, no **prazo de até 3 (três) dias úteis**.



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

5.18 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.19 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.20 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.21 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.22 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.23 Após o término da garantia o fabricante e/ou distribuidor e/ou representante deverá garantir a venda de peças de reposição diretamente ao cliente por um período mínimo de 10 (dez) anos.

## 6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Fiscalização:**

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);

6.8 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);

6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);

6.10 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV).

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V).

6.12 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).

6.13 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).

**Gestor do Contrato:**



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).

6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).

6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da **Lei nº 14.133**, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X).

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).

6.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento:

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato,



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação:**

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, § 3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

7.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;







ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

7.9.1 Observar as disposições da Instrução Normativa SEAD/CGE nº 01/2016 (SIGBP PB).

7.9.2 No caso de bens adquiridos com entregas parceladas, a liquidação e pagamento deverão observar as disposições da Portaria Conjunta CGE/SEAD/SEFAZ nº 001/2022, de 04 de agosto de 2022.

7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou SIREF/PB ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF/PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar e Contratar – CAFIL/PB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13 Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

7.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB.

**Prazo de pagamento:**

7.17 O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

7.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

**Forma de pagamento:**

7.19 O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.

7.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

7.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1 Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7.21.2 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Reajuste**

7.23 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 7.24 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.24 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.25 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.26 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.27 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.28 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.29 O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

### Forma de fornecimento:

8.2 O fornecimento do objeto será **INTEGRAL**.

### Exigências de habilitação técnica:

8.3 Para fins de habilitação técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1 **Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens** similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

8.3.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.3.1.2 Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos licitados.

8.3.1.3 A exigência de atestados será restrita às parcelas de valor significativo, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

8.3.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados

- a) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- b) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.3.3 Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento)**, tal como exigido pela Lei Federal nº 6.360/1976, Lei Federal nº 5.991/1973, Decreto Federal nº 8.077/2013 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, apresentado na forma de certificado expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, bem como, por cópia da publicação no Diário Oficial Estadual ou Municipal;

8.3.2.1 Caso o prazo de validade do Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) esteja vencido, deverá ser apresentado o Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) vencido, sendo acompanhado do pedido de revalidação (protocolo) requerido até 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência, na forma do artigo 22º, Parágrafos 1º e 2º do Decreto Federal nº. 74.170 de 10 de junho de 1974.

**8.3.4 Autorização de Funcionamento (AFE)** expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que autoriza a empresa a realizar atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais (art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014);





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

8.4 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.4.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.4.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.4.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.4.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.4.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.4.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.4.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação está definido no anexo I deste Termo de Referência.

9.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 42 do Decreto nº 43.759/2023):





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

9.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2 Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade	Fonte de Recursos	Elemento da Despesa	Nº da Proposta	Unidade	Valor (R\$)
25.101	601	44.90.52 (Equipamentos e materiais permanentes)	EMENDA PARLAMENTAR Nº 03609595000124005	COMPLEXO HOSPITALAR DEP JANDUHY CARNEIRO	540.337,00

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11 ANEXO (S)

11.1 Anexo I - Tabela com itens a serem licitados e valor estimado da contratação.

11.2 Anexo II - Especificações mínimas dos equipamentos

João Pessoa, data da assinatura eletrônica



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
**GOVERNO DO ESTADO**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**LIZANDRA ÊMILY DE ARAÚJO GALVÃO**

Engenheira Clínica  
Núcleo De Planejamento De Equipamentos Para Saúde E Afins  
Subgerência de Planejamento das Aquisições e Contratações  
Gerência de Insumos, Bens e Serviços para Saúde  
Secretaria de Estado da Saúde  
Matrícula nº 926.451-5

**JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE**

Chefe De Núcleo De Planejamento De Equipamentos Para Saúde E Afins  
Subgerência de Planejamento das Aquisições e Contratações  
Gerência de Insumos, Bens e Serviços para Saúde  
Secretaria de Estado da Saúde  
Matrícula nº 194.189-5

**LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA**

Subgerência de Planejamento das Aquisições e Contratações  
Gerência de Insumos, Bens e Serviços para Saúde - SES/PB  
Matrícula nº 178.921-0

**ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO**

Gerência de Insumos, Bens e Serviços para Saúde  
Secretaria de Estado da Saúde  
Matrícula: 195.977-8

**ARIMATHEUS SILVA REIS**

Secretaria de Estado da Saúde  
Matrícula nº 191.365-4

Histórico de versões:

Criado em: 07/05/2026

Modificado em:



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Anexo I - Tabela com itens a serem licitados

Item	CÓDIGO PCA	Descritivo	Unidade	Quantidade
1	127430	MOCHO HOSPITALAR, cor preta, capacidade mínima 90 kg, encosto e assento com estofado resistente de espuma injetada, giratório, regulagem de altura com travas, base tipo estrela com 5 rodízios resistentes, altura do assento referente ao piso: 40 à 50 cm.	UN	2
2	117596	SUPORTE DE SORO MÓVEL, aço inoxidável ou superior, tratamento ou acabamento anti ferrugem, haste em estrutura tubular; 4 ganchos; rodízios giratórios reforçados; regulagem de altura por borboleta; diâmetro da haste: ¾"; altura da haste: de 100 cm à 200 cm.	UN	5
3	31841	CARRO PARA CURATIVO, aço inoxidável ou superior e tratamento ou acabamento anti ferrugem; estrutura tubular; prateleira, tampo, balde removível com capacidade mínima de 5 litros; bacia removível; rodízios reforçados; dimensões externas mínimas (+/-10cm): comprimento 80 cm, largura 40 cm e altura 70 cm.	UN	1
4	88968	MESA AUXILIAR HOSPITALAR, estrutura tubular ¾", aço inoxidável ou superior; tratamento ou acabamento anti ferrugem; rodízios; duas prateleiras com capacidade mínima 20kg cada; dimensões mínimas (+/-10cm): comprimento 80 cm, largura 40 cm e altura 60 cm.	UN	3
5	124410	MESA MAYO, aço inoxidável ou superior, tratamento ou acabamento anti ferrugem, altura regulável por borboleta, acabamento boleado, 3 rodízios com trava, dimensões da bandeja (+/-10 cm): comprimento 40 cm e largura 30 cm.	UN	3
6	124390	SUPORTE HAMPER, capacidade aproximada 100 L, fabricado em aço inoxidável ou superior, tratamento ou acabamento anti ferrugem, estrutura tubular, 03 rodízios giratórios, saco de tecido em algodão cru ou superior, dimensões (+/- 10 cm): diâmetro 50 cm e altura 80 cm.	UN	2
7	117173	Balança Antropométrica Adulto eletrônica, display LCD, régua antropométrica, selo do INMETRO, 220V ou Bivolt automático.	UN	1
8	137309	VIDEOLARINGOSCÓPIO LED. Tela colorida LCD, lâminas reutilizáveis.	UN	2
9	122315	AMBU REANIMADOR manual em silicone, pediátrico.	UN	5
10	137310	MONITOR multiparâmetros para centro cirúrgico, completo com acessórios reutilizáveis.	UN	6
11	116523	ASPIRADOR DE SECREÇÕES; para aspiração de secreções com acessórios para pleno funcionamento.	UN	2
12	137308	MANTA Tipo: térmica elétrica profissional corpo inteiro;	UN	3
13	105468	CARDIOVERSOR, aplicação: desfibrilação, cardioversão, marcapasso transtorácico não-invasivo, monitoramento (ECG) e DEA; pás intercambiáveis adulto e pediátrica; seleção de carga e disparo nas próprias pás; autoteste; tela de LCD colorido mínimo 6,5"; impressora modo manual e automático para curvas e dados; carga bifásica mínima: 2 a 200 Joule; seleção de carga, carregamento e descarregamento da energia através das pás externas ou no próprio painel; tempo de carregamento em sua energia máxima menor que 08 segundos; sistema de descarga automática após determinado tempo carregado e sem uso; sistema de alarmes; modo ECG: aquisição dos sinais através das pás externas, pás adesivas ou cabo de ECG, memória de armazenamento para informações do ECG, medição de até 07 derivações, controle de amplitude e velocidade de traçado em aproximadamente 25 mm/s, frequência cardíaca	UN	5







ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

		(FC); modo DEA: instruções de voz e texto para orientar o usuário, avisos para início e fim da Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP); modo de estimulação: marcapasso transtorácico não invasivo; modos fixo e por demanda; faixa de estimulação 40 a 170 ppm; amplitude de corrente 20 a 140 mA; bateria interna recarregável com autonomia mínima 90 minutos; nível de carga da bateria apresentada no display; alarmes de carga da bateria baixa; carregamento completo da bateria em aproximadamente 3 horas; grau de proteção IP22 ou superior; 220 V ou bivolt automático; acessórios necessários para primeiro uso, outras informações conforme Termo de Referência.		
14	125281	BOMBA INJETORA de contraste de cabeça dupla.	UN	1
15	105480	CADEIRA de rodas obeso, capacidade mínima 200 kg, aproximadamente; largura total de mínima de 80 cm; aço carbono, alumínio ou superior; cobertura em tinta epóxi ou superior; rodas traseiras raiadas; aro mínimo 24"; aro de impulsão com revestimento protetor; rodas dianteiras de no mínimo 8" maciças; freios bilaterais ajustáveis; braços bilaterais escamoteáveis; apoio de braço; descansa pernas removível; apoio de pé rebatível; assento e encosto em material estofado; revestimento higienizável.	UN	5
16	129973	CADEIRA de rodas adulto, capacidade mínima 135 kg, aproximadamente; largura do assento de, pelo menos, 50 cm; aço carbono, alumínio ou superior; cobertura em tinta epóxi ou superior; rodas traseiras raiadas; aro mínimo 24"; aro de impulsão com revestimento protetor; rodas dianteiras de no mínimo 8" maciças; freios bilaterais ajustáveis; braços bilaterais escamoteáveis ou removíveis; apoio de braço; descansa pernas removíveis; apoio de pé rebatível; assento e encosto em material estofado; revestimento higienizável.	UN	5
17	117175	CARRO DE PARADA/EMERGÊNCIA, chapa metálica; tratamento ou acabamento anti ferrugem; 04 rodízios de movimento de 360 graus; freio em no mínimo 02 rodízios; gaveteiro com 04 gavetas; trava única ou gavetas com chave; tampo superior em material sintético; bandeja giratória em 360 graus para acomodação do cardioversor; cabo de força tripolar de distribuição para alimentação dos equipamentos; sistema anti impactos; suporte para soro; suporte para cilindro de oxigênio; tábua para massagem cardíaca em material rígido; dimensões mínimas (+/- 10cm): comprimento 70 cm, largura 40 cm e altura 100 cm.	UN	5



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

## Anexo II - Especificações mínimas dos equipamentos

Além das características técnicas exigidas nos descritivos dos códigos dos equipamentos constantes no Anexo I, deverão também ser observadas as especificações complementares abaixo relacionadas para fins de formalização da proposta do equipamento.

Para comprovação do atendimento aos requisitos solicitados, deverá ser encaminhada a tabela devidamente preenchida, contendo a indicação da respectiva página do manual técnico do equipamento regularizado junto à ANVISA, na qual constem as informações correspondentes às características exigidas.

### 117173 - BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO

Especificações	Número da Página no Manual
Balança Antropométrica Adulto eletrônica 220V ou Bivolt automático.	
Display principal em LCD ou superior, com no mínimo 6(seis) dígitos.	
Deve possuir tapete em borracha antiderrapante.	
Deve possuir régua antropométrica de 1,00 m a 2,00 metros (podendo variar em até $\pm 20$ cm).	
Deve possuir divisões de 100g ou inferior.	
Deve apresentar resultado das medições em KG.	
Capacidade mínima de 200 kg.	
Estrutura em aço carbono e acabamento em pintura eletrostática com alta resistência na cor branca.	
Deve possuir plataforma de 450x450mm, com pintura a pó de alta resistência, podendo qualquer uma das dimensões variar até $\pm 50$ mm.	
Deve possuir pés reguláveis em borracha sintética.	
Deve possuir sistema automatizado de ajuste de tara.	
A balança deve possuir interface com usuário no idioma português.	
Deve acompanhar todos os acessórios necessários para o uso completo do equipamento.	
Possuir selo válido do INMETRO.	
Alimentação elétrica: 220 V ou Bivolt automático.	
Todos os acessórios necessários para primeiro uso	
Garantia mínima: 12 meses.	

### 137309 - VIDEOLARINGOSCÓPIO LED

Especificações	Número da Página no Manual
Lâminas reutilizáveis.	
Com fonte de luz de LED de alta intensidade	
Deve acompanhar 01 câmera com tela de LCD no mínimo de 2,5 polegadas	
Com display colorido integrada ao corpo do laringoscópio, passível de ser submetida a processos de desinfecção/ esterilização	





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Energia fornecida através de bateria lítio, capacidade mínimo 1350mAh com autonomia de no mínimo 2h	
220V ou bivolt automático	
Armazenamento para imagens	
5 lâminas reutilizáveis, tamanhos diferentes, para crianças e adultos	
Maleta para transporte	
Registro na Anvisa vigente	
Todos os acessórios necessários para primeiro uso	

122315 - AMBU REANIMADOR

Especificações	Número da Página no Manual
Autoclavável	
Para reanimação de pacientes com e sem tubo endotraqueal	
Isento de óleo	
Autoclavável mínimo 50 ciclos	
Reservatório mínimo 500ml	
Balão respiratório silicone mínimo 500ml	
Extensão reanimador PVC ou similar mínimo 2m	
Diafragma kit com 10	
Válvula anti-reinalação/proteção	
Válvula de entrada de ar	
Válvula de entrada de oxigênio	
Concentração de oxigênio mínimo 98%	
Máscara anatômica adulto em silicone biocompatível	
Case protetora	
Todos os acessórios necessários para primeiro uso	
Garantia 12 meses	
Registro na Anvisa vigente	

137310 - MONITOR MULTIPARÂMETROS PARA CENTRO CIRÚRGICO

Especificações	Número da Página no Manual
Parâmetros mínimos pré configurados ou modulados (entregues junto com os monitores)	
Frequência respiratória	
Saturação de oxigênio no sangue (SpO2)	
Frequência de pulso/frequência cardíaca FC	



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

Pressão arterial não invasiva PNI	
2 canais de temperatura	
Medição eletrocardiográfica ECG	
Pressão invasiva PI	
Capnografia EtCO2	
Possibilidade de expansão dos parâmetros avançados	
Medição de ECG Mínimo 12 derivações	
Resolução da medida de FC 1 bpm	
Deteção de pulsos de marcapasso	
Monitorização de segmento QT / QTc	
Análise de arritmias em no mínimo duas derivações simultaneamente	
Com reconhecimento de mínimo 20 arritmias (letais Não letais) Incluindo-se fibrilação atrial	
FC mínimo de 1 a 150 rpm	
SpO2 curva pletismográfica	
Em baixa perfusão ou presença de movimento	
Indicação numérica dos valores de saturação e Pulso	
02 canais de pressão invasiva	
Pontos de medição:	
ART	
PA	
PVC	
LAP	
RAP	
PIC	
P1	
P2	
Faixa de medição -50 ~ +360mmHg aproximadamente	
Capnografia Sidestream ou Mainstream	
Medição EtCO2 e FiCO2	
Onda do CO2	
Display:	
Colorido	
LCD	
Touch screen	
Mínimo 15 polegadas	
Resolução mínima (1280X800) pixels	
Teclas físicas: para liga/desliga	



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

Silêncio de alarmes	
PNI	
Conexão de rede	
Conexão com central de monitoramento	
Prontuário eletrônico	
Memória interna para armazenamento de dados de tendências	
Tendências gráficas	
Tabulares	
Mínimo 72h	
Memória para alarmes	
Bateria interna recarregável de lítio mínimo 4000 mAh	
Alarmes audiovisuais:	
3 níveis de prioridade	
Limite máximo	
Mínimo ajustáveis	
Alarmes funcionais mínimos: sensor	
Bateria	
Falta de energia elétrica	
Apneia.	
Menu navegável através de um seletor giratório	
Tela touch screen	
Interconectividade	
Conector RJ45	
USB	
Conexão bidirecional com a central de monitoração	
Estado da bateria	
Funcionamento pela rede elétrica ou bateria	
Software de interface	
Manual do usuário na língua portuguesa	
Proteção mínima IPX1	
Deve operar com umidade relativa na faixa mínimo de 15 a 95%	
PNI modos:	
Manual	
Automática	
Sequencial	
Estático	
Pressão Arterial Sistólica (PAS medidas aproximadas):	



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

Adu (25 a 300mmHg)	
Ped (25 a 250mmHg)	
Neo ( 25 a 150mmHg)	
Pressão Arterial Diastólica (PAD medidas aproximadas): adu (10 a 250Hg)	
Ped (10 a 230mmHg)	
Neo (10 a 120mmHg)	
Pressão Arterial Média (PAM medidas aproximadas): adu (15 a 260mmHg)	
Ped (15 a 230mmHg)	
Neo (10 a 130mmHg)	
Intervalo de medidas: Pelo menos de 1 minuto a 8 horas	
Deve possuir proteção contra pressão excessiva para cada tipo de paciente (adulto Pediátrico Neonatal)	
Alimentação elétrica 220 V 50/60 Hz ou bivolt automático	
Impressora térmica	
Acessórios necessários para primeiro uso	
Mínimo 11 curvas simultâneas	
Barra de menu	
Software em português	
Detector de marcapasso	
Arritmias	
Análise do segmento ST	
Ganho de pelo menos 2,5 mm/mV (×1/4) 5 mm/mV (×1/2) 10 mm/mV (×1) 20 mm/mV (×2)	
Faixa de frequência cardíaca aproximada de 15 a 300 bpm	
Proteção contra desfibrilador	
Aparelho eletrocirúrgicos	
Alertas: fisiológicos,	
Técnicos,	
Bateria,	
Ou similares.	
Com ajuste de volume	
Indicação visual	
E apoio para transporte	
Registro na Anvisa vigente	
Treinamento operacional	
Manutenção durante o período de garantia contra defeitos de fabricação	



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Acessórios reutilizáveis compatíveis com o monitor com tamanho compatível para todos os tipos de paciente solicitados Com registro na ANVISA vigente:	
Cabo de ECG para monitor	
Sensores de ECG reutilizáveis (duas unidades)	
Frasco de gel condutor	
Sensores de oximetria (duas unidades)	
Sensores de temperatura superficial Cultâneo (duas unidades de cada)	
Cabos de PNI (duas unidades)	
Braçadeiras obeso (aproximadamente 45 a 65 cm) (duas unidades)	
Braçadeiras adulto (aproximadamente 25 a 45 cm) (duas unidades)	
Braçadeira infantil (aproximadamente 15 a 25 cm)	
Braçadeira neonatal (aproximadamente 5 a 15 cm)	
Acessórios para PI Kit completo	
Incluindo sensor de capnografia	
Kit de transdutor cada tipo de paciente	
Cabo de força	
Bobina de papel compatível com impressora	
Todos os acessórios necessários para primeiro uso	

116523 - ASPIRADOR DE SECREÇÕES

Especificações	Número da Página no Manual
Regulador de vácuo;	
Vacuômetro;	
Consumo 160W, aproximadamente, ou condizente com potência do equipamento; pressão de, aproximadamente, 700mmHG;	
Rotação a partir de 1750rpm, ou condizente com a vazão;	
Sistema de alarme de nível de líquido;	
Sistema de parada de sucção por nível de líquido;	
Indicador de status operacional;	
Bivolt automático ou opção de alimentação 220V;	
Bateria própria;	
Pedal de acionamento;	
Alça de transporte;	
Carro de transporte com trava nos rodízios;	
Frasco(s) com capacidade mínima de 4L;	
Cabo de força.	
Todos os acessórios necessários para primeiro uso	



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

137308 - MANTA

Especificações	Número da Página no Manual
Tipo: térmica	
Elétrica	
Profissional	
Corpo inteiro	
220V ou bivolt automático	
Controle de temperatura	
Controle de tempo	
Impermeável	
Infravermelho	
Registro no INMETRO	
Timer de desligamento	
Proteção contra superaquecimento	
Microprocessado	
Controlador	
Fusível de segurança	
Todos os acessórios necessários para primeiro uso	

105468 - CARDIOVERSOR

Especificações	Número da Página no Manual
Aplicação:	
Desfibrilação	
Cardioversão	
Marcapasso transtorácico não-invasivo	
Monitoramento (ECG) e DEA	
Pás intercambiáveis adulto e pediátrica	
Seleção de carga e disparo nas próprias pás	
Autoteste	
Tela de LCD colorido mínimo 6,5"	
Impressora modo manual e automático para curvas e dados	
Carga bifásica mínima: 2 a 200 Joule	
Seleção de carga, carregamento e descarregamento da energia através das pás externas ou no	



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

próprio painel	
Tempo de carregamento em sua energia máxima menor que 08 segundos	
Sistema de descarga automática após determinado tempo carregado e sem uso	
Sistema de alarmes	
Modo ECG: aquisição dos sinais através das pás externas, pás adesivas ou cabo de ECG, memória de armazenamento para informações do ECG, medição de até 07 derivações, controle de amplitude e velocidade de traçado em aproximadamente 25 mm/s, frequência cardíaca (FC)	
Modo DEA: instruções de voz e texto para orientar o usuário, avisos para início e fim da Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP)	
Modo de estimulação: marcapasso transtorácico não invasivo	
Modos fixo e por demanda	
Faixa de estimulação 40 a 170 ppm	
Amplitude de corrente 20 a 140 mA	
Bateria interna recarregável com autonomia mínima 90 minutos	
Nível de carga da bateria apresentada no display	
Alarmes de carga da bateria baixa	
Carregamento completo da bateria em aproximadamente 3 horas	
Grau de proteção IP22 ou superior	
220 V ou bivolt automático	
Acessórios necessários para primeiro uso, outras informações conforme Termo de Referência	

125281 - BOMBA INJETORA DE CONTRASTE DE CABEÇA DUPLA

Especificações	Número da Página no Manual
Uso injeção de contraste iodado ou salina médica aos pacientes que são submetidos a exame de diagnóstico TC	
Cilindro duplo	
Volume de injeção 0-200ml	
Precisão da dose de injeção $\leq \pm$ (2% 1 ml)	
Velocidade de injeção 0,1-10ml/seg	
Precisão da velocidade de injeção $\leq \pm$ (5% 0,1 ml/s)	
Pressão de injeção até 300Psi	
Precisão da pressão de injeção $\pm 0.1$ MPa ou $\pm$ 10%	
Saída de ar para evitar embolia gasosa	
Console paralelo duplo para controle local e remoto minimizando o tempo de inatividade	
Eixo rotativo na cabeça	
Alça para manuseio do equipamento	
Reservatório	



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Botão de emergência	
Botão de liga/ desliga	
Aterramento	
Fonte de alimentação	
Painel LCD	
Luz indicativa do estado do injetor	
Pedestal	
Rodízios com trava	
Fusível de segurança	
Tensão de alimentação 220V ou bivolt automático	
Mínimo 120 Programas de injeção	
Mínimo 8 fases de combinação de injeção diferentes	
Medidas multi-proteção	
Programa de injeção intermitente por intervalo de tempo 0,25 ml de líquido a uma taxa de 1 ml/seg	
Alarme visual, sonoro e luminoso de sobrepressão	
Testes automático do sistema	
Dispositivo de aquecimento	
Cabo de alimentação	
Cabo conector	
Copo para resíduos	
Fio terra de cobre	
100 kits de seringa estéril descartável	
Conector em Y	
Manual de instruções em português impresso e em pen drive	
Anvisa vigente	
Atender às normas ISO 14971:2009 Dispositivos médicos - Aplicação da gestão de risco aos dispositivos médicos	
60601-1:2006 / AC: 2010 - Equipamentos eletro médico Parte 1: Requisitos gerais de segurança básica e desempenho essencial	
PT 0601-1-2: 2007 - Equipamento eletro médico - Requisitos gerais para segurança - Norma colateral: Compatibilidade Eletromagnética Requisitos e ensaios	
Todos os acessórios necessários para primeiro uso	

105480 - CADEIRA DE RODAS OBESO

Especificações	Número da Página no Manual
Capacidade mínima 200 kg, aproximadamente	



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Largura total de mínima de 80 cm	
Aço carbono, alumínio ou superior	
Cobertura em tinta epóxi ou superior	
Rodas traseiras raiadas	
Aro mínimo 24"	
Aro de impulsão com revestimento protetor	
Rodas dianteiras de no mínimo 8" maciças	
Freios bilaterais ajustáveis	
Braços bilaterais escamoteáveis	
Apoio de braço	
Descansa pernas removível	
Apoio de pé rebatível	
Assento e encosto em material estofado	
Revestimento higienizável	
Registro na ANVISA vigente	
Todos os acessórios necessários para primeiro uso	

129973 - CADEIRA DE RODAS ADULTO

Especificações	Número da Página no Manual
Capacidade mínima 135 kg, aproximadamente	
Largura do assento de, pelo menos, 50 cm	
Aço carbono, alumínio ou superior	
Cobertura em tinta epóxi ou superior	
Rodas traseiras raiadas	
Aro mínimo 24"	
Aro de impulsão com revestimento protetor	
Rodas dianteiras de no mínimo 8" maciças	
Freios bilaterais ajustáveis	
Braços bilaterais escamoteáveis ou removíveis	
Apoio de braço	
Descansa pernas removíveis	
Apoio de pé rebatível	
Assento e encosto em material estofado	
Revestimento higienizável	
Registro na ANVISA vigente	



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 11/05/2026 - 10:48hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 11/05/2026 - 11:33hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAÚJO GALVÃO em 11/05/2026 - 11:36hs, [SES135587] [SENHA] ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO em 11/05/2026 - 11:44hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 11/05/2026 - 13:35hs.  
Documento Nº: 10956074.92465826-944 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10956074.92465826-944>



SESOFN202614890A



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Todos os acessórios necessários para primeiro uso	
---	--

117175 - CARRO DE PARADA/EMERGÊNCIA

Especificações	Número da Página no Manual
Chapa metálica	
Tratamento ou acabamento anti ferrugem	
04 rodízios de movimento de 360 graus	
Freio em no mínimo 02 rodízios	
Gaveteiro com 04 gavetas	
Trava única ou gavetas com chave	
Tampo superior em material sintético	
Bandeja giratória em 360 graus para acomodação do cardioversor	
Cabo de força tripolar de distribuição para alimentação dos equipamentos	
Sistema anti impactos; suporte para soro	
Suporte para cilindro de oxigênio	
Tábua para massagem cardíaca em material rígido	
Dimensões mínimas (+/- 10cm): comprimento 70 cm, largura 40 cm e altura 100 cm	
Registro na ANVISA vigente	
Todos os acessórios necessários para primeiro uso	



N P P - NÚCLEO DE PESQUISA DE PREÇOS - SES/PB

**ANEXO I - TABELA COM ITENS A SEREM LICITADOS**

**SES-PRC- 16090**

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO	UNID	QNTD	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	MOCHO HOSPITALAR, cor preta, capacidade mínima 90 kg, encosto e assento com estofado resistente de espuma injetada, giratório, regulagem de altura com travas, base tipo estrela com 5 rodízios resistentes, altura do assento referente ao piso: 40 à 50 cm.	127430	UN	2	R\$ 628,72	R\$ 1.257,43
2	SUPORTE DE SORO MÓVEL, aço inoxidável ou superior, tratamento ou acabamento anti ferrugem, haste em estrutura tubular; 4 ganchos; rodízios giratórios reforçados; regulagem de altura por borboleta; diâmetro da haste: +/-; altura da haste: de 100 cm à 200 cm.	117596	UN	5	R\$ 514,37	R\$ 2.571,85
3	CARRO PARA CURATIVO, aço inoxidável ou superior e tratamento ou acabamento anti ferrugem; estrutura tubular; prateleira, tampo, balde removível com capacidade mínima de 5 litros; bacia removível; rodízios reforçados; dimensões externas mínimas (+/-10cm): comprimento 80 cm, largura 40 cm e altura 70 cm.	31841	UN	1	R\$ 1.626,61	R\$ 1.626,61
4	MESA AUXILIAR HOSPITALAR, estrutura tubular "Á", aço inoxidável ou superior; tratamento ou acabamento anti ferrugem; rodízios; duas prateleiras com capacidade mínima 20kg cada; dimensões mínimas (+/-10cm): comprimento 80 cm, largura 40 cm e altura 60 cm.	88968	UN	3	R\$ 969,64	R\$ 2.908,93
5	MESA MAYO, aço inoxidável ou superior, tratamento ou acabamento anti ferrugem, altura regulável por borboleta, acabamento boleado, 3 rodízios com trava, dimensões da bandeja (+/-10 cm): comprimento 40 cm e largura 30 cm.	124410	UN	3	R\$ 699,73	R\$ 2.099,18
6	SUPORTE HAMPER, capacidade aproximada 100 L, fabricado em aço inoxidável ou superior, tratamento ou acabamento anti ferrugem, estrutura tubular, 03 rodízios giratórios, saco de tecido em algodão cru ou superior, dimensões (+/- 10 cm): diâmetro 50 cm e altura 80 cm.	124390	UN	2	R\$ 637,66	R\$ 1.275,31
7	Balança Antropométrica Adulto eletrônica, display LCD, régua antropométrica, selo do INMETRO, 220V ou Bivolt automático.	117173	UN	1	R\$ 1.957,46	R\$ 1.957,46
8	VIDEOLARINGOSCÓPIO LED. Tela colorida LCD, lâminas reutilizáveis.	137309	UN	2	R\$ 18.617,31	R\$ 37.234,61
9	AMBU REANIMADOR manual em silicone, pediátrico.	122315	UN	5	R\$ 356,83	R\$ 1.784,13
10	MONITOR multiparâmetros para centro cirúrgico, completo com acessórios reutilizáveis.	137310	UN	6	R\$ 37.368,33	R\$ 224.210,00
11	ASPIRADOR DE SECREÇÕES; para aspiração de secreções com acessórios para pleno funcionamento.	116523	UN	2	R\$ 4.153,99	R\$ 8.307,98
12	MANTA Tipo: térmica elétrica profissional corpo inteiro;	137308	UN	3	R\$ 1.198,85	R\$ 3.596,55
13	CARDIOVERSION, aplicação: desfibrilação, cardioversão, marcapasso transtorácico não-invasivo, monitoramento (ECG) e DEA; pás intercambiáveis adulto e pediátrica; seleção de carga e disparo nas próprias pás; autoteste; tela de LCD colorido mínimo 6,5"; impressora modo manual e automático para curvas e dados; carga bifásica mínima: 2 a 200 Joule; seleção de carga, carregamento e descarregamento da energia através das pás externas ou no próprio painel; tempo de carregamento em sua energia máxima menor que 08 segundos; sistema de descarga automática após determinado tempo carregado e sem uso; sistema de alarmes; modo ECG: aquisição dos sinais através das pás externas, pás adesivas ou cabo de ECG, memória de armazenamento para informações do ECG, medição de até 07 derivações, controle de amplitude e velocidade de traçado em aproximadamente 25 mm/s, frequência cardíaca	105468	UN	5	R\$ 33.914,05	R\$ 169.570,25



14	BOMBA INJETORA de contraste de cabeça dupla.	125281	UN	1	R\$ 104.123,50	R\$ 104.123,50
15	CADEIRA de rodas obeso, capacidade mínima 200 kg, aproximadamente; largura total de mínima de 80 cm; aço carbono, alumínio ou superior; cobertura em tintura epóxi ou superior; rodas traseiras raiadas; aro mínimo 24"; aro de impulsão com revestimento protetor; rodas dianteiras de no mínimo 8" maciças; freios bilaterais ajustáveis; braços bilaterais escamoteáveis; apoio de braço; descansa pernas removível; apoio de pé rebatível; assento e encosto em material estofado; revestimento higienizável.	105480	UN	5	R\$ 3.592,97	R\$ 17.964,86
16	CADEIRA de rodas adulto, capacidade mínima 135 kg, aproximadamente; largura do assento de, pelo menos, 50 cm; aço carbono, alumínio ou superior; cobertura em tintura epóxi ou superior; rodas traseiras raiadas; aro mínimo 24"; aro de impulsão com revestimento protetor; rodas dianteiras de no mínimo 8" maciças; freios bilaterais ajustáveis; braços bilaterais escamoteáveis ou removíveis; apoio de braço; descansa pernas removíveis; apoio de pé rebatível; assento e encosto em material estofado; revestimento higienizável.	129973	UN	5	R\$ 2.520,88	R\$ 12.604,41
17	CARRO DE PARADA/EMERGÊNCIA, chapa metálica; tratamento ou acabamento anti ferrugem; 04 rodízios de movimento de 360 graus; freio em no mínimo 02 rodízios; gaveteiro com 04 gavetas; trava única ou gavetas com chave; tampo superior em material sintético; bandeja giratória em 360 graus para acomodação do cardioversor; cabo de força tripolar de distribuição para alimentação dos equipamentos; sistema anti impactos; suporte para soro; suporte para cilindro de oxigênio; tábua para massagem cardíaca em material rígido; dimensões mínimas (+/- 10cm): comprimento 70 cm, largura 40 cm e altura 100 cm.	117175	UN	5	R\$ 5.653,48	R\$ 28.267,39
<b>TOTAL PREÇO MEDIO</b>						<b>R\$ 621.360,45</b>



MINUTA

PROCESSO CENTRAL DE COMPRAS Nº 25.000.016090.2026

PROCESSO PBDoc Nº: SES-PRC-2026/16090

ÓRGÃO REQUISITANTE: Núcleo de Planejamento de Equipamentos para Saúde e Afins (NPE) / Subgerência de Planejamento das Aquisições e Contratações (SPAC) / Gerência de Insumos, Bens e Serviços para Saúde (GIBSS)

CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2026

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, com sede na Avenida Dom Pedro II, n.º 1826, nesta capital, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.268/0001-60, na cidade de João Pessoa/Estado da Paraíba, neste ato representada pelo seu Secretário **ARIMATHEUS SILVA REIS**, brasileiro, nomeado pelo Ato Governamental nº 1.613 de 12 de junho de 2024, matrícula: 191.365-4, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 25.000.016090.2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 007/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS, HOSPITALARES, ASSISTENCIAIS E DE APOIO CLÍNICO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	R\$ Unit	R\$ TOTAL
01	127430	MOCHO HOSPITALAR, cor preta, capacidade mínima 90 kg, encosto e assento com estofado resistente de espuma injetada, giratório, regulagem de altura com travas, base tipo estrela com 5 rodízios resistentes, altura do assento referente ao piso: 40 à 50 cm.	un	2	R\$ 628,72	R\$ 1.257,43
02	117596	SUPORTE DE SORO MÓVEL, aço inoxidável ou superior, tratamento ou acabamento anti ferrugem, haste em estrutura tubular; 4 ganchos; rodízios giratórios reforçados; regulagem de altura por borboleta; diâmetro da haste: */4"; altura da haste: de 100 cm à 200 cm.	un	5	R\$ 514,37	R\$ 2.571,85
03	31841	CARRO PARA CURATIVO, aço inoxidável ou superior e tratamento ou acabamento anti ferrugem; estrutura tubular; prateleira, tampo, balde removível com capacidade mínima de 5 litros; bacia removível; rodízios reforçados; dimensões externas mínimas (+/-10cm): comprimento 80 cm, largura 40 cm e altura 70 cm.	un	1	R\$ 1.626,61	R\$ 1.626,61
04	88968	MESA AUXILIAR HOSPITALAR, estrutura tubular *A", aço inoxidável ou superior; tratamento ou acabamento anti ferrugem; rodízios; duas	un	3	R\$ 969,64	R\$ 2.908,93

Secretaria de Estado da Saúde JSTN

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



Assinado com senha por [SES125275] [SENHA] DANIELE DA SILVA CHAVES em 25/05/2026 - 10:47hs.  
Documento Nº: 11030470.94030747-9398 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=11030470.94030747-9398>



SESPRC202616090V03



		prateleiras com capacidade mínima 20kg cada; dimensões mínimas (+/-10cm): comprimento 80 cm, largura 40 cm e altura 60 cm.				
05	124410	MESA MAYO, aço inoxidável ou superior, tratamento ou acabamento anti ferrugem, altura regulável por borboleta, acabamento boleado, 3 rodízios com trava, dimensões da bandeja (+/-10 cm): comprimento 40 cm e largura 30 cm.	un	3	R\$ 699,73	R\$ 2.099,18
06	124390	SUPORTE HAMPER, capacidade aproximada 100 L, fabricado em aço inoxidável ou superior, tratamento ou acabamento anti ferrugem, estrutura tubular, 03 rodízios giratórios, saco de tecido em algodão cru ou superior, dimensões (+/-10 cm): diâmetro 50 cm e altura 80 cm.	un	2	R\$ 637,66	R\$ 1.275,31
07	117173	Balança Antropométrica Adulto eletrônica, display LCD, régua antropométrica, selo do INMETRO, 220V ou Bivolt automático	un	1	R\$ 1.957,46	R\$ 1.957,46
08	137309	VIDEOLARINGOSCÓPIO LED. Tela colorida LCD, lâminas reutilizáveis	un	2	R\$ 18.617,31	R\$ 37.234,61
09	122315	AMBU REANIMADOR manual em silicone, pediátrico	un	5	R\$ 356,83	R\$ 1.784,13
10	137310	MONITOR multiparâmetros para centro cirúrgico, completo com acessórios reutilizáveis.	un	6	R\$ 37.368,33	R\$224.210,00
11	116523	ASPIRADOR DE SECREÇÕES; para aspiração de secreções com acessórios para pleno funcionamento.	un	2	R\$ 4.153,99	R\$ 8.307,98
12	137308	MANTA Tipo: térmica elétrica profissional corpo inteiro	un	3	R\$ 1.198,85	R\$ 3.596,55
13	105468	CARDIOVERSOR, aplicação: desfibrilação, cardioversão, marcapasso transtorácico não-invasivo, monitoramento (ECG) e DEA; pás intercambiáveis adulto e pediátrica; seleção de carga e disparo nas próprias pás; autoteste; tela de LCD colorido mínimo 6,5"; impressora modo manual e automático para curvas e dados; carga bifásica mínima: 2 a 200 Joule; seleção de carga, carregamento e descarregamento da energia através das pás externas ou no próprio painel; tempo de carregamento em sua energia máxima menor que 08 segundos; sistema de descarga automática após determinado tempo carregado e sem uso; sistema de alarmes; modo ECG: aquisição dos sinais através das pás externas, pás adesivas ou cabo de ECG, memória de armazenamento para informações do ECG, medição de até 07 derivações, controle de amplitude e velocidade de traçado em aproximadamente 25 mm/s, frequência cardíaca	un	5	R\$ 33.914,05	R\$ 169.570,2
14	125281	BOMBA INJETORA de contraste de cabeça dupla.	un	1	R\$ 104.123,50	R\$ 104.123,50
15	105480	CADEIRA de rodas obeso, capacidade mínima 200 kg, aproximadamente; largura total de mínima de 80 cm; aço carbono, alumínio ou superior; cobertura em tinta epóxi ou superior; rodas traseiras raíadas; aro mínimo 24"; aro de impulsão com revestimento protetor; rodas dianteiras de no mínimo 8" maciças; freios bilaterais ajustáveis; braços bilaterais escamoteáveis; apoio de braço; descansa pernas removível; apoio de pé rebatível; assento e encosto em material estofado; revestimento higienizável	un	5	R\$ 3.592,97	R\$ 17.964,86
16	129973	CADEIRA de rodas adulto, capacidade mínima 135 kg, aproximadamente; largura do assento de, pelo menos, 50 cm; aço carbono, alumínio ou superior; cobertura em tinta epóxi ou superior; rodas traseiras raíadas; aro mínimo 24"; aro de impulsão com revestimento protetor; rodas dianteiras de no	un	5	R\$ 2.520,88	R\$ 12.604,41

Secretaria de Estado da Saúde JSTN

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000







		mínimo 8" maciças; freios bilaterais ajustáveis; braços bilaterais escamoteáveis ou removíveis; apoio de braço; descansa pernas removíveis; apoio de pé rebatível; assento e encosto em material estofado; revestimento higienizável				
17	117175	CARRO DE PARADA/EMERGÊNCIA, chapa metálica; tratamento ou acabamento anti ferrugem; 04 rodízios de movimento de 360 graus; freio em no mínimo 02 rodízios; gaveteiro com 04 gavetas; trava única ou gavetas com chave; tampo superior em material sintético; bandeja giratória em 360 graus para acomodação do cardioversor; cabo de força tripolar de distribuição para alimentação dos equipamentos; sistema anti impactos; suporte para soro; suporte para cilindro de oxigênio; tábua para massagem cardíaca em material rígido; dimensões mínimas (+/- 10cm): comprimento 70 cm, largura 40 cm e altura 100 cm.	un	5	R\$ 5.653,48	R\$ 28.267,39
Total preço médio					R\$ 621.360,45	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 ano, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

- 5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 621.360,45 (SEISCENTOS E VINTE E UM MIL TREZENTOS E SESSENTA REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)**
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

Secretaria de Estado da Saúde JSTN

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Secretaria de Estado da Saúde JSTN

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 03 (três) meses.

8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Secretaria de Estado da Saúde JSTN

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**iv. Multa:**

1. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
  2. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

Secretaria de Estado da Saúde JSTN

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Secretaria de Estado da Saúde JSTN

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade: 25.101

13.1.2. Fonte de Recursos: 500

13.1.3. Programa de Trabalho: 5007

13.1.4. Elemento de Despesa: 6051

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

Secretaria de Estado da Saúde JSTN

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



SECRETARIA DE ESTADO  
DA SAÚDE



GOVERNO  
DA PARAÍBA

13.1.7. Reserva Orçamentária: 9059 E 9060

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em João Pessoa, Seção Judiciária de João Pessoa para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

João Pessoa/PB, data da assinatura eletrônica.

ARIMATHEUS SILVA REIS  
SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO  
Pela CONTRATANTE

CPF:

Pela CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

1. Nome: \_\_\_\_\_

CNPJ-MF nº:

R.G nº:

2. Nome: \_\_\_\_\_

CNPJ-MF nº:

R.G nº:

Secretaria de Estado da Saúde JSTN

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



Assinado com senha por [SES125275] [SENHA] DANIELE DA SILVA CHAVES em 25/05/2026 - 10:47hs.  
Documento Nº: 11030470.94030747-9398 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=11030470.94030747-9398>



SESPRC202616090V03